

Ofício N° 11 G/SG/AFEPA/PARL

Brasília, 17 de janeiro de 2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1^aSec/RI/E/nº 510, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 2.936/2023, de autoria do Deputado Marcel van Hattem (NOVO/RS) e outros, em que se "Requer informações adicionais ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, sobre a posição do Brasil diante da ameaça de invasão da Guiana pela Venezuela, de Nicolás Maduro", presto os seguintes esclarecimentos.

PERGUNTA 1

"De acordo com o jornal O Globo, o presidente Lula teria conversado recentemente, por videoconferência, com o presidente da Guiana, Irfaan Ali. Segundo o jornal, Lula teria recebido um apelo para dissuadir o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, de cumprir a promessa de invadir e anexar pouco mais de 50% do território da Guiana. O Itamaraty confirma as informações divulgadas pelo jornal O Globo? Em caso afirmativo, qual foi a posição que o presidente Lula, assessorado pelo Itamaraty, externou ao presidente da Guiana?"

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2383479>

2383479

RESPOSTA À PERGUNTA 1

2. O Governo brasileiro tem mantido frequentes contatos de alto nível com o governo da República Cooperativa da Guiana. O Presidente Irfaan Ali, acompanhado do Chanceler Hugh Todd, participou das cerimônias de posse presidencial, em janeiro deste ano, e da Cúpula dos Países da América do Sul, em 30 de maio, ocasião em que os dois presidentes mantiveram reunião bilateral à margem da Cúpula. Em agosto, o Primeiro-Ministro Mark-Anthony Phillips representou o país na Cúpula da Amazônia, em Belém. O Primeiro-Ministro voltou a representar seu país na I Reunião de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da América do Sul (22/11) e na XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores da OTCA (23/11). Por minha vez, realizei visita oficial a Georgetown em 12 de maio de 2023.

3. No mencionado telefonema, o Presidente Lula assegurou ao Presidente Ali que o Brasil acompanha de perto a questão de Essequibo e que o país mantém posição em favor da solução pacífica do diferendo entre a Guiana e a Venezuela, tendo presente o espírito de integração que nos anima em favor da construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul. Acrescentou que o Brasil mantém sua posição de que os acordos internacionais devem ser cumpridos.

PERGUNTA 2

"Conforme anunciado por Nicolás Maduro, a Venezuela fará um referendo, no dia 03 de dezembro, para "decidir" sobre a anexação de parte do território da Guiana ao



país. O governo da Guiana, por outro lado, publicou comunicado alertando que o referendo é um crime internacional e uma ameaça à integridade territorial do Estado soberano da Guiana. Qual a posição do Brasil na disputa de território entre os dois países? O Brasil atuará na mediação do conflito? Caso a invasão do território da Guiana se materialize, o que fará o Brasil a respeito?"

RESPOSTA À PERGUNTA 2

4. O Governo brasileiro defende a solução pacífica das divergências entre a Venezuela e a Guiana, no contexto dos mecanismos previstos no Acordo de Genebra de 1966, que trata especificamente do diferendo.

5. Essa posição é condizente com os princípios da Constituição Federal de 1988, que regem as relações internacionais do Brasil, em especial os de defesa da paz e de solução pacífica dos conflitos. A solução pacífica é consagrada, igualmente, pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da OEA, segundo os quais os países devem buscar, por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, um ajuste ou solução das controvérsias em situações que possam levar a uma perturbação da paz.

6. Em declaração conjunta com os Estados Partes do MERCOSUL, Chile, Colômbia, Equador e Peru, o Brasil manifestou em 7/12 sua profunda preocupação com a elevação das tensões entre a República Bolivariana da Venezuela e a República



Cooperativa da Guiana. Os países signatários registraram que a América Latina deve ser um território de paz e, no presente caso, trabalhar com todas as ferramentas de sua longa tradição de diálogo. Nesse contexto, alertaram sobre ações unilaterais que devem ser evitadas, pois adicionam tensão, e instaram ambas as partes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica da controvérsia, a fim de evitar ações e iniciativas unilaterais que possam agravá-la.

7. Em 14 de dezembro, realizou-se, em Kingstown (São Vicente e Granadinas), reunião entre os presidentes Nicolás Maduro e Irfaan Ali. A reunião resultou na "Declaração Conjunta de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela". Como sugerido pelo Presidente Lula, o encontro foi facilitado pelo Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas e Presidente Pro Tempore da CELAC, Ralph Gonsalves, e pelo Primeiro Ministro da Dominica e Presidente de turno da CARICOM, Roosevelt Skerrit.

8. As conversas em Kingstown lograram alcançar consenso quanto ao compromisso de não utilização da força ("não ameaçarão ou usarão força um contra o outro sob nenhuma circunstância"), ao respeito ao direito internacional e ao comprometimento com a integração regional e a "unidade da América Latina e o Caribe".

Atenciosamente,

Mauro Vieira
Ministro de Estado das Relações Exteriores



Fl.53/2024

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2383479>

2383479